COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 2012

Dispõe sobre restrições a exposição à venda, comercialização e entrega ao consumo de álcool etílico hidratado e anidro, e dá outras providências.

Autor: Deputado RUBENS BUENO

Relator: Deputado REGUFFE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.233, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno, propõe que o álcool etílico hidratado ou anidro como substância, produto formulado ou acabado somente possa ser exposto à venda, comercializado e entregue ao consumo, obedecidas as condições estabelecidas em lei.

As condições mencionadas, relativas às especificações técnicas sobre a composição do produto, estão discriminadas nos incisos e parágrafos do art. 2º do projeto de lei.

Estabelece a proposição que é vedada a publicidade dos produtos indicados na proposta sempre que induzir ao uso indevido do produto ou atrair a atenção de crianças.

Especificamente, permite que o álcool etílico com graduação superior a 46,2º INMP, na forma líquida, será exposto à venda na quantidade máxima de 250g (duzentos e cinquenta gramas) e, prevê também

que este mesmo álcool etílico, somente pode ser comercializado nos locais de dispensação de medicamentos e drogas e até o volume de 50ml (cinquenta mililitros).

Determina ainda que qualquer infração ao disposto na proposição sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e demais normas cabíveis.

Estabelece também que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária regulamentará os critérios da mensagem a ser inserida nos rótulos dos produtos especificados na nova lei.

Finalmente, proíbe a venda dos produtos discriminados para menores de 18 anos e consigna prazo de 180 dias para que os fabricantes dos produtos se adequem às novas disposições.

Cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange à defesa e proteção do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta em comento tem nossa simpatia inicial por ser dirigida à defesa do consumidor brasileiro em aspecto fundamental para vida humana: a saúde.

Mencionou o autor da proposição que *“em 2011, segundo o Ministério da Saúde, 2.374 crianças foram hospitalizadas vítimas de queimaduras por exposição ao fogo, fumaça e chamas. Desse total, 30% estavam ligados a queimaduras com substâncias inflamáveis, o que inclui o álcool”*.

Esses números, além de alarmantes, vêm confirmar as notícias frequentes que recebemos sobre casos de acidentes domésticos envolvendo a utilização de álcool.

A proposta apresentada é sensata e não impede a comercialização do produto, mas restringe, racionalmente, essa comercialização e insere parâmetros técnicos que visam diminuir o risco de acidentes com a utilização do produto.

No entanto, acreditamos que existe uma inconsistência entre os incisos I e IV do art. 2º do Projeto de Lei apresentado. É que em seu inciso I do art. 2º, é determinado *“que o álcool na forma líquida será exposto à venda na quantidade máxima de 250g (duzentos e cinquenta gramas) e em embalagem resistente a impacto.”*

Já no inciso IV do mesmo art. 2º, é determinado *“que o álcool na forma líquida somente pode ser comercializado nos locais de dispensação de medicamentos e drogas e até o volume de 50ml (cinquenta mililitros).”*

Portanto, as normas aqui reproduzidas, do presente Projeto de Lei, encontram-se conflitantes, necessitando sua adequação, conforme prevê a boa técnica legislativa.

Por isso, apesar de sermos favoráveis à proposta apresentada, temos que a apresentação de uma emenda para que o projeto adquira consistência técnica-legislativa seja necessária, para cumprir o propósito de proteger o consumidor e preservar o escopo do Projeto de Lei em tela.

Diante disso, a emenda que oferecemos mantém a proposta original presente no inciso IV do art. 2º do projeto, suprimindo a parte final do inciso I do mesmo art. 2º. Tal medida está em conformidade, inclusive, com a Resolução RDC nº 46 de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que determina a substituição do álcool líquido, acima de 46º INPM, pela versão gel. Acreditamos que esta emenda é realista e que atende aos interesses da sociedade acerca dos direitos aplicáveis às relações de consumo.

A proposição permanece claramente orientada à proteção da saúde e integridade física do consumidor brasileiro, especialmente das crianças, seres nitidamente mais frágeis por sua própria natureza.

Ante o exposto, em nome da defesa e proteção do consumidor de nosso país, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.233, de 2012 e da presente Emenda Supressiva, apresentada juntamente com este relatório.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado REGUFFE
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 2012

Dispõe sobre restrições a exposição à venda, comercialização e entrega ao consumo de álcool etílico hidratado e anidro, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Dê-se ao inciso I do art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º

I – o álcool etílico com graduação acima de 46,2º INPM, à temperatura de 20ºC (vinte graus Celsius) será exposto à venda em solução coloidal na forma de gel desnaturado, na quantidade máxima de 500g (quinhentos gramas) e em embalagem resistente a impacto.

..... "

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado REGUFFE

Relator